



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO EM DEFESA SOCIAL E MEDIAÇÃO DE CONFLITOS

**OS DESAFIOS DOS PROJETOS DE REINserÇÃO SOCIAL DA
POPULAÇÃO DO CÁRCERE E AS EXPECTATIVAS DOS PRESOS: O
CASO DO PROJETO OLIMPO EM BELÉM/PA**

SOLIANE FERNANDES GUIMARÃES

Belém-PA

2014

SOLIANE FERNANDES GUIMARÃES

**OS DESAFIOS DOS PROJETOS DE REINserÇÃO SOCIAL DA
POPULAÇÃO DO CÁRCERE E AS EXPECTATIVAS DOS PRESOS: O
CASO DO PROJETO OLIMPO EM BELÉM/PA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Defesa Social e Mediação de Conflito – PPGDSMC, da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Defesa Social e Mediação de Conflitos.

Área de Concentração: Segurança Pública, Conflitos e Justiça Criminal

Linha de pesquisa: Conflitos, Criminalidade e Tecnologia da Informação

Orientador: Prof. Wilson José Barp, Dr.

Coorientadora: Prof^ª. Fernanda Valli Nummer, Dra.

Belém-PA

2014

Guimarães, Soliane Fernandes

Os desafios dos projetos de reinserção social da população do cárcere e as expectativas dos presos: o caso do projeto Olimpo em Belém do Pará / Soliane Fernandes Guimarães. – 2014.

48 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Defesa Social e Mediação de Conflitos) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

Orientação: Prof. Dr. Wilson José Barp.

Coorientação: Prof^ª. Dra. Fernanda Valli Nummer

1. Sistema Prisional . 2. Trabalho . 3. Reinserção Social . 4. Controle Social .



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO EM DEFESA SOCIAL E MEDIAÇÃO DE CONFLITOS

**OS DESAFIOS DOS PROJETOS DE REINserÇÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO DO
CÁRCERE E AS EXPECTATIVAS DOS PRESOS: O CASO DO PROJETO OLIMPO
EM BELÉM DO PARÁ**

SOLIANE FERNANDES GUIMARÃES

Esta dissertação foi julgada e aprovada, para obtenção do grau de Mestre em Defesa Social e Mediação de Conflitos, no Programa de Pós-graduação em Defesa Social e Mediação de Conflitos, da Universidade Federal do Pará.

Prof. Wilson José Barp, Dr.
(Coordenador do Programa de Pós-graduação em Defesa Social e Mediação de Conflitos)

Banca Examinadora

Prof. Dr. Wilson José Barp
Universidade Federal do Pará
Orientador

Prof^a. Dr^a. Sílvia dos Santos de Almeida
Universidade Federal do Pará
Avaliador(a) interno(a)

Prof^a. Dr. Ana Paula Palheta Santana
Instituto Fed. de Educ., Ciên. e Tecn/ Pará
Avaliador Externo

A minha família (todos) que me apoiou nos momentos
mais difíceis,

Em especial à minha filha Evelyn e meu esposo Everton,
que sempre demonstraram paciência e amor
incondicional durante a execução deste curso.

Agradecimentos

Meus sinceros agradecimentos, antes de tudo, a Deus, por me conceder sabedoria para que eu pudesse concluir esta etapa tão importante para minha vida acadêmica e profissional.

Ao Curso de Mestrado em Defesa Social e Mediação de Conflitos, da UFPA por ter me concedido a oportunidade de desenvolver este trabalho de pesquisa.

Agradecimentos especiais também à Superintendência do Sistema Penitenciário, que me oportunizou a participação ao Programa, liberando-me durante as aulas e sempre que necessário até a conclusão do curso.

À equipe da Escola de administração pelo apoio de sempre e incentivo nas horas mais difíceis. Todos foram maravilhosos!

Gostaria de deixar meus agradecimentos à minha família, especialmente às minhas mães, Sônia Marly e Maria Izaurina e, ao meu querido e amado pai do coração Inácio Sacramento, os quais sem medir esforços sempre me apoiaram com palavras incentivadoras e orações. Às minhas sobrinhas Aline, Maely e Raquel, pois durante a fase I do mestrado, quando necessitava me concentrar nas diversas leituras de aprofundamento teórico, se dispuseram a me auxiliar com seus préstimos, revezando, para distrair a atenção de minha filha Evelyn durante a noite, de modo que eu pudesse me debruçar e me concentrar nos estudos.

Em especial, agradecer a paciência e o amor do meu amado esposo, já que sempre esteve ao meu lado, dando-me força, carinho, compreensão e apoio. Agradeço também as orações e carinho da minha sogra e do meu sogro, que em todos os momentos, auxiliaram-me nos afazeres domésticos e no amor dispensado à minha tão pequena Evelyn, esta que, desde o seu terceiro mês de vida, vem acompanhando minha trajetória.

Agradecimentos ao Professor Wilson Barp, meu grande orientador, o qual deixou-me livre para prosseguir por longos caminhos, mas sempre bem norteados.

À professora Fernanda Nummer, coorientadora, sempre assertiva e, ao mesmo tempo, demonstrando total segurança nas orientações.

Quero expressar especiais agradecimentos ao pessoal da colônia Penal agrícola de Santa Izabel, na pessoa do colaborador Dimitri Queiróz, que me acolheu e auxiliou-me no processo inicial da pesquisa. Agradecer também ao pessoal do Centro de Progressão Provisória do Pará, pois receberam-me com total atenção. Não tenho nada a reclamar do atendimento recebido e do respeito que vivenciei em todos os momentos. Agradeço aos presos que se disponibilizaram; aos agentes prisionais que deram apoio durante a pesquisa; ao diretor, Cel. Azevedo, que sempre atendeu-me com muita presteza. Agradecimentos especiais também à Assistente Social, Maria Rocha, que desde o primeiro contato mostrou-se prestativa e atenciosa. Sem estes, este trabalho não teria originado de uma intenção formal acadêmica.

Os prisioneiros encolhidos logo serão postos em liberdade; não morrerão em sua masmorra, nem terão falta de pão.

(Isaias 51:14)

RESUMO

GUIMARÃES, Soliane Fernandes. **Os desafios dos projetos de reinserção social da população do cárcere e as expectativas dos presos: o caso do projeto Olimpo em Belém do Pará.** 43f. Belém, 2014. Dissertação (Mestrado em Defesa Social e Mediação de Conflitos) PPGDMC/UFPA, 2014.

O Sistema Penitenciário Brasileiro atual vive uma realidade bastante complexa. Deste modo, desenvolver este trabalho possibilitou uma investigação científica sobre os desafios dos projetos de reinserção social da população do cárcere e as expectativas dos presos que participam do projeto OLIMPO, já que esse trabalho teve como objetivo avaliar qual a percepção dos presos que participam das atividades laborais implementadas pelo sistema carcerário, quando do cumprimento de suas Penas. A Pesquisa baseou-se na metodologia qualitativa, utilizando a técnica do grupo focal. Dentre os seus resultados detectou-se aspectos referentes ao perfil dos presos envolvidos no projeto, bem como a grande satisfação destes em participarem de programas voltados para atividades laborais, esclarecendo assim, que o sinônimo de trabalho para os presos no sistema penitenciário está relacionado principalmente ao direito à remição de pena e aos privilégios ofertados intramuros, como saídas diárias ao trabalho, possibilidade de visita aos familiares e amigos.

Palavras-chave: Sistema carcerário. Trabalho. Reinserção social. Remição de pena.

ABSTRACT

GUIMARÃES, Soliane Fernandes. **Os desafios dos projetos de reinserção social da população do cárcere e as expectativas dos presos: o caso do projeto Olimpo em Belém do Pará.** 40f. Belém, 2014. Dissertação (Mestrado em Defesa Social e Mediação de Conflitos) PPGDSMC/UFPA, 2014.

The Brazilian Penitentiary System today live a very complex reality. Thus, this study has helped to develop a scientific research project on the challenges of social reintegration of the prison population and expectations of prisoners participating in the OLYMPUS project, since this work was to evaluate the perception of the inmates who participate in activities labor implemented by the prison system, when the fulfillment of their feathers. The research was based on qualitative methodology, using the focus group technique. Among their results was detected aspects relating to the profile of the inmates involved in the project, as well as the great pleasure of participating in these programs to work activities, thereby clarifying that the synonym of work for prisoners in the prison system is mainly related to right to redemption penalty and privileges offered intramural such as daily work outs, possibility to visit relatives and friends.

Keywords: Prison system. Work. Social reintegration. Redemption penalty.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

Art.	Artigo
CF	Constituição Federal
CPB	Código Penal Brasileiro
CPPB	Centro de Progressão Penitenciário de Belém
CPASI	Colônia Penal Agrícola de Santa Izabel
LEP	Lei de Execução Penal
PEM	Presídio Estadual Metropolitano
RMB	Região Metropolitana de Belém
SUSIPE	Superintendência do Sistema Penitenciário

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1: CONSIDERAÇÕES GERAIS	13
CAPÍTULO 2: ARTIGO CIENTÍFICO	17
OS DESAFIOS DOS PROJETOS DE REINserÇÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO DO CÁRCERE E AS EXPECTATIVAS DOS PRESOS: O CASO DO PROJETO OLIMPO EM BELÉM DO PARÁ	17
1 ASPECTOS SOBRE O DESAFIO DA REINserÇÃO SOCIAL.....	19
2 REALIDADE DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	22
3 PRISÃO COMO CONTROLE SOCIAL DO ESTADO	23
4 A PRISÃO COMO UMA INSTITUIÇÃO TOTAL.....	25
6 RESULTADOS DA PESQUISA	30
7 CONCLUSÕES.....	34
REFERÊNCIAS	36
CAPÍTULO 3: CONCLUSÕES DO TRABALHO DE PESQUISA.....	39
REFERÊNCIAS	41
ANEXOS	42

CAPÍTULO 1: CONSIDERAÇÕES GERAIS

O presente trabalho procurou investigar a percepção sobre o projeto social dos presos que participam das atividades laborais implementadas pelo sistema carcerário. A escolha do tema deu-se por conta de minha atuação profissional no Sistema Penitenciário do Pará há 10 anos, especialmente pelo objetivo da execução penal definido pela Lei de Execução Penal, que ressalta que além da custódia do condenado ou internado cabe ao sistema carcerário a harmônica integração social destes, o que o torna um aspecto polêmico, dado a realidade do sistema penitenciário atual, porém ao Estado cabe o desafio de cumprir a lei.

Para alcançar o resultado da pesquisa, foi selecionado o projeto OLIMPO¹, o qual se trata de um convênio da SUSIPE com a empresa Tramontina² Belém S/A, cujo nome significa, conforme a Assessoria de Comunicação Social da SUSIPE, “ser humano no sentido limpo, saindo do cárcere para o trabalho, limpeza de mente”.

O primeiro contato da SUSIPE com a Empresa Tramontina foi a fim de desenvolver atividade ainda dentro das Unidades de Custódia e de forma manual, quase artesanal, com a atividade de trançado do ratam³ em móveis. Como este projeto ainda está em desenvolvimento na Empresa, a Divisão de Trabalho e Produção da SUSIPE aproveitou a oportunidade e o grande interesse da Gestão da Tramontina, em abraçar a questão da reinserção social através da atividade laborativa, e apresentou o trabalho carcerário extramuros, ou seja, a disponibilização de vagas de trabalho no próprio ambiente da fábrica, opção muito bem acolhida pela Empresa o que gerou a formalização do Projeto “OLIMPO”.

O Projeto “OLIMPO” foi selecionado para a pesquisa durante um Seminário sobre Reinserção Social, realizado pela SUSIPE, que o colocava como a primeira parceria da Superintendência do Sistema Penitenciário do Pará com uma Empresa de Grande porte, no âmbito do trabalho fora da unidade de custódia, criando nos presos fortes expectativas. Ele está vigente através do Convênio nº 028/2013 com duração de 01 ano e jornada de trabalho de 44 horas semanais.

Este Convênio iniciou suas atividades em dezembro de 2013, beneficiando 14 presos do regime semiaberto da Colônia Penal Agrícola de Santa Izabel (CPASI), na atividade

¹ Projeto Olimpo atua na capacitação profissional e qualificação para o trabalho, desenvolvido em parceria com a empresa Tramontina, no Distrito Industrial de Icoaraci, e que emprega a mão de obra de internos do CPPB.

² Tramontina Belém S/A, empresa multinacional, localizada no Distrito Industrial de Icoaraci, atua no manuseio e fabricação de móveis e ferramentas em madeira e aço.

³ Fibra natural que pode, ou não, ter tratamento químico ou acabamento em verniz

laborativa de serviços gerais e gradeamento de madeira no interior da fábrica da Tramontina Belém S/A, localizada no Distrito Industrial de Icoaraci no Município de Belém no Estado do Pará. A Empresa foi surpreendida com o desempenho destes trabalhadores e logo apresentou o interesse em aumentar o número de presos beneficiados para 25. Atualmente a unidade de custódia dos presos foi deslocada para o Centro de Progressão Penitenciário do Pará, situado no Bairro Val de Cans em Belém, otimizando, assim, a logística dos presidiários. Pois essa iniciativa, exigida pela própria Tramontina, oportunizou o aumento da capacidade do convênio, que hoje passou para 30 presos.

Neste contexto, o objetivo desta pesquisa é verificar se de fato o projeto OLIMPO, tem proporcionado expectativas positivas no que diz respeito aos seus participantes, especialmente em relação à inserção dos mesmos no mercado de trabalho após o cumprimento de pena.

Ressalta-se que a pesquisa foi realizada no CPPB, unidade que custodia presos do regime semiaberto, responsável por custodiar os presos que compõem o projeto OLIMPO. Este projeto emprega atualmente cerca de 30 presos, do regime semiaberto, como auxiliares de serviços gerais e na fabricação de gradeamento de madeira na empresa Tramontina. O convênio contempla além da remuneração de $\frac{3}{4}$ do salário mínimo vigente, a constituição de seu pecúlio com a retenção em poupança de $\frac{1}{3}$ de seu salário mensal, contribuição previdenciária de 11% do salário mínimo vigente e o direito a remição de pena, nos termos da lei.

A pesquisa caracterizou-se como bibliográfica, do tipo exploratória e em seguida foi iniciada a pesquisa de campo e como instrumento de coleta de dados foi utilizada a técnica do grupo focal, formado por 10 custodiados que participaram do mesmo. Assim, conforme destacado por Lervolino & Peliocioni (2011, p. 115) "o grupo focal obtém dados a partir de reuniões em grupo com pessoas que representam o objeto do estudo". De acordo com Gomes e Barbosa (1999, p. 1) "o grupo focal é uma técnica rápida e de baixo custo para avaliação e obtenção de dados e informações qualitativas",

Para o alcance do objetivo por meio da técnica do grupo focal algumas estratégias foram meticulosamente planejadas, pois não era somente efetivar o encontro, mas especialmente conseguir extrair daquele momento informações significativas para o resultado da pesquisa. Assim, algumas conversas informais antecederam o dia e a hora da efetiva realização do grupo focal, com o objetivo de adquirir junto aos sujeitos da pesquisa, no caso os presos, certa credibilidade. Foi negociado com eles qual seria o melhor dia e horário que estivessem com mais disponibilidade para participarem da pesquisa. Logo, foi decidido que

teria que ser no turno da noite e durante a semana, pois durante o dia trabalhavam e retornavam ao cárcere somente às 18h, e ao final de semana visitavam a família.

Após definição de dia e horário juntamente com os sujeitos da pesquisa, veio a preocupação de como seria a execução da técnica, o que usaria de meios e recursos de apoio para conseguir de forma sutil, porém precisa, as informações necessárias para que a pesquisa fosse concluída com sucesso.

Neste sentido, a pesquisa deu-se através da técnica de grupo focal, ocorrida no dia 22/05/14, na Unidade Penal, denominada de Centro de Progressão Penitenciário do Pará (CPPB) e teve a colaboração de 10 (dez) recuperandos que fazem parte do projeto OLIMPO.

O planejamento da técnica envolveu o desenvolvimento de duas dinâmicas, respectivamente denominadas de História de Vida e Linha do Tempo. Sendo que a primeira, denominada História de Vida, teve como objetivo conhecer a vida dos sujeitos até o momento que ingressaram no sistema penitenciário, absorvendo dos mesmos dados como nomes, cidade de origem, situação conjugal dos pais, situação conjugal deles próprios, quantidade de filhos, nível de escolaridade, profissão, último trabalho antes do ingresso no sistema penitenciário, quais as oportunidades de trabalho que tiveram no sistema penitenciário, qual o crime que cometeram, quantos processos criminais respondem, e ainda quantas entradas/saídas no Sistema Penitenciário (reincidência). A dinâmica foi em dupla, sendo que um perguntava ao colega tais informações, e assim, um apresentava o outro.

A segunda dinâmica designada como Linha do Tempo, estava mais voltada para conhecer as motivações e expectativas dos participantes em relação ao trabalho na empresa Tramontina (projeto OLIMPO), que seguiu os seguintes passos: em um quadro os participantes deveriam escrever ou desenhar respostas para perguntas *“qual a razão que acreditam serem selecionados para o projeto olimpo? quais as motivações que fazem com que vocês permaneçam no projeto? quais suas expectativas em relação a trabalho/emprego, especialmente após o cumprimento da pena de prisão?”* e após este momento, individualmente, tiveram a oportunidade de apresentar suas respostas.

Finalizando as discussões, algumas questões foram manifestadas, cujos objetivos eram resgatar dos recuperandos participantes do projeto OLIMPO a concepção destes em relação ao significado do trabalho a partir de suas experiências no cárcere.

Embora se denote que o Sistema Penitenciário Brasileiro atual, e nesta lógica, inclui-se o Paraense, vive uma realidade bastante complexa, investir em programas de Reinserção Social é um desafio, pois de um lado o que se observa são as exigências das leis representadas por alguns grupos que cobram por melhoria como Ordem dos Advogados do Brasil,

Ministério Público, Conselho Penitenciário e, do outro lado, a realidade caótica de um sistema que para muitos encontra-se falido, pois seus resultados são ineficazes e, pior do que isso, contribuem para aumentar ainda mais a criminalidade, pois existem pessoas que foram presas por algo banal e dentro das prisões passam a conhecer com mais intimidade o crime. Conforme Thompson (2002, p. 110)

A questão penitenciária não tem solução “em si”, porque não se trata de um problema em si, mas parte integrante de outro maior: a questão criminal, com referência ao qual não desfruta de qualquer autonomia. A seu turno, a questão criminal também nada mais é que mero elemento de outro problema mais amplo: o das estruturas sócio-político-econômicas. Sem mexer nestas, coisa alguma vai alterar-se em sede criminal e, menos ainda, na área penitenciária.

Além de trazer à baila um panorama geral sobre a realidade do sistema penitenciário brasileiro, segundo Melo et. al (2014) e Salla (2006), o referido trabalho fará abordagens sistemáticas sobre alguns assuntos relacionados à prisão. Neste sentido, abordará alguns conceitos importantes, os quais destacam-se os mais essenciais, quais sejam de prisão e sua função de ressocialização, na concepção de Krahn (2012) ; definição de prisão como instituição total, a partir de Goffman (1961); conceito de controle social, a partir dos postulados de Wacquant (2004) ; bem como, alguns preceitos sobre as novas tendências do mercado de trabalho segundo Antunes (2004).

Deste modo, desenvolver este trabalho foi importante, pois o Sistema Penitenciário Paraense necessita avaliar um possível redimensionamento de suas políticas de atuação no âmbito prisional, enfatizando ações com resultados efetivos e palpáveis assim como de seus investimentos no processo de custódia do homem encarcerado.

CAPÍTULO 2: ARTIGO CIENTÍFICO

OS DESAFIOS DOS PROJETOS DE REINserÇÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO DO CÁRCERE E AS EXPECTATIVAS DOS PRESOS: O CASO DO PROJETO OLIMPO EM BELÉM DO PARÁ

THE CHALLENGES OF SOCIAL PROJECTS REINSERTION OF THE PRISON POPULATION AND EXPECTATIONS OF PRISONERS: THE CASE OF THE PROJECT OLYMPUS in Belem

Soliane Fernandes Guimarães - Especialista em Gestão penitenciária pela FAP(2012), Diretora da Escola de Administração Penitenciária do Pará (EAP/SUSIPE). E-mail: solianefernandes@hotmail.com.

Wilson José Barp - doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (1997). Atualmente é adjunto da Universidade Federal do Pará. E-mail: wbarp@uol.com.br

Fernanda Valli Nummer - doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2010). Atualmente é pesquisadora e professora da Universidade Federal do Pará. E-mail: fernandanummer@gmail.com

RESUMO: O Sistema Penitenciário Brasileiro vive uma realidade bastante complexa. Deste modo, desenvolver este trabalho possibilitou uma investigação científica sobre os desafios dos projetos de reinserção social da população do cárcere e as expectativas dos presos que participam do projeto OLIMPO, já que esse trabalho teve como objetivo avaliar qual a percepção dos presos que participam das atividades laborais implementadas pelo sistema carcerário, quando do cumprimento de suas Penas. A Pesquisa baseou-se na metodologia qualitativa, utilizando a técnica do grupo focal. Dentre os seus resultados detectou-se aspectos referentes ao perfil dos presos envolvidos no projeto, bem como a grande satisfação destes em participarem de programas voltados para atividades laborais, esclarecendo, assim, que o sinônimo de trabalho para os presos no sistema penitenciário está relacionado principalmente ao direito à remição de pena e aos privilégios ofertados intramuros, como saídas diárias ao trabalho, possibilidade de visita aos familiares e amigos.

Palavras-chave: Sistema carcerário. Trabalho. Reinserção social. Remição de pena.

ABSTRACT: The Brazilian Penitentiary System live a very complex reality. Thus, this study has helped to develop a scientific research project on the challenges of social reintegration of the prison population and expectations of prisoners participating in the OLYMPUS project, since this work was to evaluate the perception of the inmates who participate in activities labor implemented by the prison system, when the fulfillment of their feathers. The research was based on qualitative methodology, using the focus group technique. Among their results was detected aspects relating to the profile of the inmates involved in the project, as well as the great pleasure of participating in these programs to work activities, thereby clarifying that the synonym of work for prisoners in the prison system is mainly related to right to redemption penalty and privileges offered intramural such as daily work outs, possibility to visit relatives and friends.

Keywords: Prison system. Work. Social reintegration. Redemption penalty.

1 ASPECTOS SOBRE O DESAFIO DA REINserÇÃO SOCIAL

Ao tratar sobre os paradigmas que envolvem os aspectos da Reinsertação faz-se necessário compreender que tal termo é usado tanto por operadores do sistema prisional quanto por estudiosos com outras grafias, quais sejam as mais comuns: Reinsertação, Recuperação, Reintegração e Inserção Social. Tais termos possuem o mesmo significado quando do resultado que se espera do processo de custódia do homem encarcerado, que de acordo com a Lei de Execução Penal, em seu art. 1º institui que "a execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e *proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado*" (grifo nosso). De acordo com Krahn (2012, p. 15), ressocialização tem vários conceitos "... alguns ainda acreditam na reinsertação como uma emenda, onde a pessoa é presa para cumprir uma penitência, e a redenção é o que se espera do cumprimento da pena".

Para Krahn (2012, p.6), "A ressocialização, reintegração social, regeneração, tratamento do indivíduo criminoso acaba se transformando em um dos objetivos principais da pena privativa de liberdade". Assim, falar sobre todos estes conceitos impele-se para um resultado que deve ser alcançado pelo sistema penitenciário, durante e após o processo de prisão. Trata-se, portanto, de proporcionar aos presos meios eficazes para sair do cárcere melhores do que entraram, isto é, envolve a responsabilidade do Estado em proporcionar instrumentos que façam daquele indivíduo ora criminoso, alguém que possa viver harmoniosamente em sociedade, usufruindo dos frutos de sua competência moral e ética, agindo corretamente de acordo com os preceitos sociais, morais e legais. Para Nunes (2012, p. 44), "... o conceito de ressocialização de detentos, pelo trabalho e pela qualificação profissional, com o propósito de prepará-los ao reingresso social, baseia-se na afirmação de que o trabalho é fonte de equilíbrio na nossa sociedade".

Para Moreira (2007, p. 256), "a ressocialização do condenado se assenta em dois elementos essenciais: a Assistência e o Trabalho". De fato, é o que determina a Lei de Execução Penal e outras normativas relacionadas a esta área, como por exemplo, as Regras Mínimas para Tratamento do Preso no Brasil, conforme melhor detalhado mais adiante neste trabalho. Moreira (2007, p. 258-9) ainda complementa, afirmando que ressocializar significa "...mudar a maneira de ser de um condenado, conformando o seu comportamento às normas socialmente instituídas, a partir da internalização dos valores, crenças e maneiras de perceber o mundo que são definidas pela instituição penal".

Embora existam pressupostos legais e normativos que tratam das políticas de reinserção social, a realidade existente não consegue atender os ideais preconizados nas diretrizes institucionais. O desejo de fazer as coisas acontecerem faz com que tais políticas sejam efetivadas de forma superficial, pois o que se vê, de modo geral, no sistema penitenciário brasileiro, na prática, são atividades incoerentes com as exigências socioeconômicas do lado de fora da Cadeia, pois conforme Santos (2001, p.32), “... o argumento é sempre o mesmo: não há verba. No fundo, o que parece é haver uma desconfiança nesses métodos humanitários que pregam a solução dos problemas pelo ataque às suas causas”.

Segundo destacado por Cavalcante Jr. (2004, p. 31) “a Lei de Execuções Penais vem proclamando a busca pelos ideais de recuperação dos criminosos”. Para Nunes (2012, p. 13) “... o indivíduo durante o cumprimento de sua pena deve ter acesso aos meios que possibilitem a sua reeducação, garantindo assim a sua readaptação ao convívio social ao final do término de pena”.

Vale ressaltar que além da insuficiência de pessoal para atuarem na linha de frente do sistema penitenciário há um conflito entre os técnicos (profissionais de tratamento) e os agentes penitenciários.

O fracasso de um estabelecimento carcerário, quanto ao alvo de reeducação, seja no Brasil, nos estados Unidos, na Inglaterra ou na Noruega, é atribuído, indefectivelmente, em sua maior parte, ao número deficiente de profissionais de tratamento (médicos, psicólogos, educadores, assistentes sociais) e à imperfeita instrução da guarda, no sentido de se preocupar mais em ajudar o preso a se reabilitar do que em cuidar da segurança e disciplina do estabelecimento. (THOMPSON 2002, p. 17)

Porém, na fala dos técnicos, os agentes dificultam o processo, pois justificam escassez de servidores suficientes, equipamentos insuficientes, como algema para realizar o deslocamento do preso de um espaço para o outro; por sua vez, os agentes se queixam de que o técnico quer “aparecer”, quer se intrometer na segurança. É um impasse de longas datas, mas que reflete uma realidade vivenciada em todo sistema penitenciário brasileiro. Uma das situações que levam a esse conflito, deve estar pautada aos fins propostos à prisão, que ora trata-se de um espaço de confinamento, de punição, ora se revela como um espaço capaz de transformar a vida do indivíduo, e nesta lógica, isso é repassado ao corpo funcional, embora inconscientemente, como se um (agente penitenciário) representasse a punibilidade e o outro (técnicos) o tratamento, conforme pode ser visualizado por Thompson (2002, p. 41), a saber “...a penitenciária deve 1) punir, 2) intimidar, 3) regenerar. Espera-se do guarda, por

consequente: fazer os presos sofrerem (metas 1 e 2), e procurar ser amigo do interno, lidando com ele como se fosse um paciente ou aluno (meta 3)”.

Portanto, há de se buscar formas de se minimizar tal problemática pelo fato de que não existe outra forma de trabalhar a reinserção dos presos, senão com o auxílio dos agentes e de todos os que compõem o corpo funcional do Sistema Penitenciário. Pode ser o projeto mais assertivo, com disponibilidade de recursos, mas se não tiver o apoio das pessoas envolvidas no processo, o resultado será um desastre.

Neste sentido, Krahn (2012, p. 17) reforça essa visão afirmando que a participação dos agentes penitenciários no processo de reinserção social é indispensável: “... os agentes penitenciários, estes responsáveis principalmente pela segurança e os que observam diariamente os internos nos módulos, são os que podem dar o aval principal para a participação de um interno em determinada atividade”.

Como se percebe, aplicar o que está preconizado nas leis não tem sido tarefa fácil para o Sistema Penitenciário. Ouve-se sempre falar sobre as dificuldades enfrentadas pelo professor no processo de educação formal de uma criança ou jovem numa escola de ensino fundamental ou médio, imagine o desafio de se trabalhar o processo de reinserção do homem privado de liberdade, no contexto da realidade brasileira atual, com suas mazelas e deficiências. Conforme Mesquita (2009, p. 33) “... as penitenciarias brasileiras não têm cumprido sua função ressocializadora [...]. O Estado brasileiro está torturando presos e extinguindo a possibilidade de voltarem “recuperados” à sociedade”.

Portanto, à luz do que foi ressaltado até o momento destaca-se que a realidade enfrentada pelo sistema penitenciário brasileiro, não permite que as políticas de reinserção social sejam priorizadas, pois o sistema prisional acaba tendo como função principal a punição e, neste sentido, quase que integralmente, o recurso a ele destinado é para suprir as excessivas demandas da área da segurança, que vai desde a construção de presídios, compra de materiais como algemas, cadeados, tonfas, equipamentos eletrônicos de revistas, restando para ações de reinserção social ou que possuem este ideal, recursos minimamente irrisórios, com projetos não audaciosos, com poucos resultados efetivos na inclusão do homem preso no mundo exterior.

2 REALIDADE DO SISTEMA PENITENCIÁRIO

Segundo dados do Departamento Penitenciário Nacional/Ministério da Justiça, de Dezembro de 2012⁴ a população carcerária brasileira é de 548.003 presos para 310.687 vagas divididas em 1478 estabelecimentos prisionais. Esses dados representam um dos principais problemas do Sistema Penitenciário Brasileiro, que é a superpopulação carcerária, que segundo as observações de Melo et. al (2014, p.141), a saber: “... proporciona um ambiente insalubre físico, mental e social, pedagogicamente falando. A ausência da dignidade da pena desumaniza ainda mais o indivíduo, gerando agressividade, violência e insensibilidade afetivo-emocional.”

O Estado do Pará acompanha esta mesma realidade, possuindo em torno de 7.889 vagas para uma população carcerária que gira em torno de 11.718 vagas distribuídas em 42 unidades prisionais, segundo dados do Núcleo de Administração Penitenciária da Susipe, de 17 de setembro de 2014. Isto representa um excedente populacional de 48,54% incluindo toda população carcerária do Estado. Porém, quando se analisa separadamente as unidades localizadas na Capital/Região Metropolitana e Interior do Estado, tem-se respectivamente, 38,66% e 65,66% de excedente populacional, dados estes noticiadores de que as condições de custódia para os presos das unidades dos interiores são piores que as da capital/área metropolitana.

Dessa forma, observa-se que o Sistema Penitenciário tem como preocupação maior, o aumento de vagas, construção de novas unidades prisionais, bem como atender as demandas do encarceramento quanto às providências de recursos materiais, como algemas, alimentação, viaturas para atender audiências judiciais. Para Melo et. al (2014, p.142), “... a prisão, nos moldes atuais, é a mais cruel realidade brasileira, é um meio de degeneração total do ser humano e não um meio educativo como considera tão, brilhantemente, a Lei de Execução Penal.”

Cumprе esclarecer que os crescentes índices da criminalidade, bem como o da reincidência criminal no Brasil demonstram que as ações dentro das unidades penais são explicitamente ineficazes, devido a muitos problemas, que vão desde a infraestrutura inadequada até o aspecto de servidores em quantidade insuficiente e com precária formação profissional.

⁴ Site [www. mj.gov.br/depen](http://www.mj.gov.br/depen), pesquisado em 31/01/14

A partir deste contexto, na atual conjuntura do sistema penitenciário, idealizar a prisão como uma instituição de reinserção social não deixa de ser desafiador, pois, como foi visto, a realidade mostra que a prisão configura-se como um espaço de neutralização dos criminosos da sociedade, de segregação total. Salla (2006, p. 293) problematiza ainda mais a questão quando diz, que “... boa parte da vida carcerária nas prisões brasileiras é controlada pelo próprios presos, como por exemplo, as celas em que irão habitar os recém chegados, que tarefas realizarão ali, nos pavilhões ou mesmo em oficinas de trabalho.”

Sendo assim, a situação descrita acima revela uma realidade existente no Brasil: o Estado sem poder de controle sobre a população carcerária, a prisão sendo comandada pelos próprios presos, os quais, internamente, definem ordens e meios de convivência, distribuem tarefas entre si, cometem novos crimes, etc. É o que Thompson (2002, p. 108) chama de “IRRECUPERAÇÃO PENITENCIÁRIA”.

3 PRISÃO COMO CONTROLE SOCIAL DO ESTADO

Embora a prisão não resolva o problema da criminalidade, salvo os casos mais graves, a sociedade clama por mais ação do Estado em conter o transgressor atrás das grades.

E nesta perspectiva, o problema tende a piorar, já que a cadeia funciona como uma escola profissional para que os homens presos possam seguir na carreira, pois muitos entram por terem roubado uma galinha, uma lata de leite e saem assaltantes profissionais de banco, por exemplo.

Nesta percepção, a prisão é percebida como forma de controle social, que serve para segregar e excluir o pobre do circuito da sociedade, sendo que para Melossi & Pavarini (2006, p. 186) “foi na tentativa de resolver este problema que a fantasia reformadora do jovem Estado americano encontrou, na política do controle social, sua “invenção” mais original : a penitenciária (*penitentiary system*)”.

Assim, é importante esclarecer que hodiernamente a população que vive no sistema penitenciário, tem algumas características comuns: em sua maioria são pessoas pobres, jovens, oriundas de famílias fragilizadas, sem formação escolar, não possuem qualificação profissional, possuem valores sociais distorcidos e que por isso, acabam se profissionalizando no crime ao adentrar às prisões. Segundo Cavalcante Jr (2004, p. 71), “... no caso geral do Pará, vê-se que a população encarcerada nas prisões tem perfil também jovem [...] a

população jovem que se envolve na criminalidade e é encerrada na prisão, tem mais chances de voltar ao mundo do crime do que do trabalho”.

Porém, para Cabral e Silva (2010, p. 158-9), este desafio se torna difícil pelo fato de que a maioria dos projetos de reinserção voltados para atividades laborais, com utilização da mão de obra carcerária, tem se “caracterizado, entre outros aspectos, pelo pagamento irrisório e desrespeito às normas de segurança e higiene do trabalho, de modo que o trabalho acaba tendo, muitas vezes, o caráter de sanção e não de reinserção social”.

Observa-se que os investimentos maiores do governo nesta área se concentram em remediar a questão da superlotação com a construção de novos presídios, sobrando para ações que poderiam efetivamente proporcionar ao apenado mudança e reflexão sobre suas condutas sociais muito pouco.

Este contexto reforça a idéia de prisão como um ambiente puramente de controle social, onde sua missão se revela como espaços de neutralização, punição e segregação de criminosos do meio social, especialmente aqueles que vivem à margem da sociedade, se considerarmos a nova ordem econômica e social vigente.

Para Cavalcante Jr. (2004, p. 13) “a prisão seria uma instituição especial capaz de confinar os membros mais visíveis das multidões perigosas”. Nesta lógica, fica evidente a quem se destina a prisão: às pessoas que andam fora da lei, desprovidas de meios e recursos financeiros; enquanto os grandes traficantes, os que realmente financiam o crime, ficam livres, sem qualquer restrição legal ou social.

Da mesma forma, Wacquant (2004, p. 01) enfatiza que a prisão funciona como um aparelho do Estado para controle social, quando observa, que ela funciona como “um aspirador social para limpar a escória resultante das transformações econômicas em andamento e para eliminar do espaço público o refugio da sociedade de mercado”.

Assim, nota-se que como forma de combater o aumento do crime e a reincidência criminal, a prisão passou a ser utilizada como campo de controle do crime, como espaço de segregação dos setores perigosos da população.

Neste sentido, é possível perceber, segundo Dias (2014, p. 113) “a condenação à pena de prisão é apenas a porta de entrada para um universo social em que a punitividade é a característica central”. Embora haja uma série de pressupostos legais que preconizam a efetividade de ações voltadas não apenas para a custódia dos presos, mas também para a reinserção social dos mesmos, verifica-se que a dinâmica trilhada dia após dia no cárcere, é recheada por atitudes e luta de poder, seja entre os próprios presos, ou entre esses e os servidores penitenciários.

Sendo assim, observa-se que não foi a estrutura da prisão que mudou, mas sim, suas diretrizes em relação ao homem encarcerado, pois para Santana (2012, p. 26) as prisões tratam-se de “instituições feitas para regular o indivíduo”. A prisão jamais pode ser confundida com um hospital ou uma escola; ela é um espaço de punição, de segregação em sua essência. Sendo que, para Julião (2011, p. 143), “... é conflituoso [...], o discurso predominante sobre o papel do sistema penitenciário como instituição de controle social no mundo moderno, onde se prima pela valorização discursiva de uma proposta de ressocialização do apenado, cuja práxis contraria tal discurso”.

Os pressupostos brasileiros que tratam sobre as diretrizes da execução penal, atribuem à prisão a função de proporcionar condições para a harmônica integração social do apenado. Isto quer dizer que, da prisão é exigido que além da custódia, ainda contribua com ações sociais que melhorem sua conduta perante a sociedade. Porém para Nunes (2012, p.29) “na prisão, não se recupera ninguém, os poucos que se recuperam e não voltam a cometer crimes, é devido a uma base familiar sólida, pois não é só o sentenciado que cumpre a pena, mas todos ao seu redor”.

É interessante que Thompson (2002, p. 10) questiona e ao mesmo tempo responde uma inquietação que paira na mente de muitas pessoas: “alguém já conseguiu fazer prisão punitiva ser reformativa? – a experiência penitenciária, de mais de cento e cinquenta anos, responde: não, em nenhuma época, em nenhum lugar”.

4 A PRISÃO COMO UMA INSTITUIÇÃO TOTAL

Vale destacar alguns preceitos levantados por Erving Goffman (1961), ao enfatizar a prisão como uma instituição total. De acordo com Goffman (1961, p. 11) uma instituição total trata-se de “um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada”.

Partindo deste conceito, as prisões bem se enquadram nesta definição acima destacada, haja vista que todos que se encontram presos estão segregados da sociedade por algum ato cometido contra esta, por um longo período de tempo, tendo suas vidas “administradas” pelo estado. Neste caso, a prisão funciona como um espaço de proteção da sociedade, livrando-a de perigosos transgressores, como homicidas, estupradores, latrocidias, ladrões, assaltantes, traficantes, maníacos, etc.

Neste sentido, muitas atribuições são dadas à prisão, enquadrando-a nos pressupostos de uma instituição total, tendo como fim específico e talvez mais importante o de mudar pessoas, conforme destacado por Goffman (1962, p.22) por assim dizer “são as estufas para mudar pessoas; cada uma é um experimento natural sobre o que se pode fazer ao eu”.

Destaca-se, assim, um dos apontamentos verificados por Goffman (1961), quando analisou o funcionamento de uma instituição total, a qual trata da questão do tratamento igual para todos, no caso das prisões, independe do crime praticado, o Estado age com todos da mesma forma, os materiais dado para um, é o mesmo que será dado para o outro, quando não, um material que é usado por um é usado pelo outro ou outros, a saber “... o material da instituição dado como substituto para aquilo que foi retirado é geralmente de um tipo "barato", mal ajustado, muitas vezes velho e igual para amplas categorias de internados”(GOFFMAN, 1961, p. 29).

Neste sentido, é manifesto que nesta lógica precária instalada, não apenas nos recursos materiais, mas também nas relações sociais, depara-se com aspectos degradantes vivenciados no interior destas instituições, começando pela perda da identidade do detento, da sobrevivência em meio a violência no cárcere, além da falta de privacidade em todos os âmbitos de sua vida, especialmente no que se refere às necessidades fisiológicas, já que atualmente a situação do espaço físico nas prisões é algo bastante disputado, por conta da tão problemática superlotação.

Partindo desse contexto, obrigatoriamente, viver em coletividade não é uma questão de escolha, pois “o seu eu é sistematicamente, embora muitas vezes não intencionalmente, mortificado” (GOFFMAN, 1961, p.24).

5 TRABALHO NO SISTEMA PENITENCIÁRIO E SUAS IMPLICAÇÕES

Segundo as Regras Mínimas para Tratamento do Preso no Brasil, ao abordar sobre o Trabalho⁵, destacam que na oferta deste devem ser consideradas as necessidades futuras do condenado, bem como as oportunidades oferecidas pelo mercado de trabalho.

É evidente que após a pena de prisão a inserção no mundo do trabalho será um grande desafio, levando em consideração todas as complexidades que envolvem o currículo desse cidadão, bem como todas as transformações e exigências que compõem essa nova conjuntura social. Na concepção de Antunes e Alves (2004, p. 336), o trabalho e a classe trabalhadora apresentam-se com novas formatações, os trabalhadores estáveis vêm dando lugar a um novo proletário fabril e de serviço, cuja característica principal é a precarização do trabalho e de suas condições, por meio de empregos informais.

Vale salientar que alguns aspectos característicos do mundo do trabalho atual têm dificultado a inserção de uma grande parcela da sociedade neste âmbito, deixando excluídos jovens, idosos e muitos em plena força produtiva, incluindo entre esses, os egressos do sistema penitenciário, conforme enfatizado por Antunes e Alves (2004, p. 339), quando diz que, “... outra tendência presente no mundo do trabalho é a crescente exclusão dos jovens, que atingiram a idade de ingresso no mercado de trabalho e que, sem perspectiva de emprego, acabam muitas vezes engrossando as fileiras dos trabalhos precários”.

Denota-se, a partir disso, relativa complexidade, que contribui não apenas para a reincidência criminal, mas também para o ingresso de jovens no sistema penitenciário, pois devido a valorização do consumismo, procuram no crime a forma mais fácil de obterem os bens de consumo estimados pela sociedade. A exigência para inserção ou mesmo permanência do indivíduo no mercado formal, exclui muitos que por falta de oportunidade, sejam elas relacionadas a questões financeiras ou estrutural, não conseguem estar aptos para a grande concorrência de uma vaga no mercado formal, por isso, passam a compor outras formas de trabalho, conforme enfatizado por Antunes e Alves (2004, p. 339), que tratam de algumas tendências no mundo do trabalho atual, que é o ... “chamado “Terceiro setor”, assumindo uma forma alternativa de ocupação, por intermédio de empresas de perfil mais comunitário, abarcando um amplo leque de atividades nas quais predominam aquelas de caráter assistencial. Outra tendência apontada por Antunes e Alves (2004, p. 341), nesta nova conjuntura do trabalho, mesmo que de forma precarizada, refere-se ao “trabalho produtivo

⁵ Capítulo XXI, art. 56.

doméstico”, sendo este “a desconcentração do processo produtivo, pela expansão de pequenas e médias unidades produtivas”.

Neste sentido, inserir-se nesse processo de produção não é tarefa fácil, requer do indivíduo uma busca constante por qualificação, por buscar identificar-se com o perfil requerido pelo mercado. É uma questão de sobrevivência, caso não consiga por esses meios legais, sem dúvida vai buscar por outros meios para sua subsistência. Ressalta-se não deixar subentendido aqui, a visão de justificativa do envolvimento no crime, tendo como motivação sua condição econômico-social.

E nesta lógica, ao Sistema Penitenciário, é incumbido o dever de preparar o homem encarcerado, quando do término de sua pena, para o mundo do trabalho. Tarefa preconizada na Lei de Execução Penal, que discute sobre um dos grandes desafios para os profissionais que labutam no Cárcere, mas que se torna essencial para o resgate do apenado do mundo do crime, pois para Bizatto (2005, p.111) “... o trabalho prisional, assim, além de se mostrar um excelente meio de ressocialização só traz benefícios ao apenado. Para o próprio apenado, pode-se destacar a possibilidade de profissionalização e, por consequência, a reintegração ou iniciação ao mercado de trabalho”.

As políticas de reinserção social instituídas no Brasil seguem especialmente duas diretrizes, uma da Lei de Execução Penal/LEP⁶ e Outra do Conselho Nacional de Políticas Criminais e Penitenciária⁷. Na LEP encontramos algumas diretrizes, especialmente no que diz respeito à questão laborativa no cárcere, pois conforme especificado por Moreira (2007, p. 258), “o trabalho se expressa como uma via de ressocialização, visto que ao trabalho estão associados valores sociais relacionados à família, a responsabilidade social, e a integridade moral”. E ainda complementa, o trabalho “... configura-se, também, como um elemento valorativo que compõe a identidade do “homem digno”, em oposição ao “homem indigno”, do “trabalhador” em oposição ao “criminoso” (MOREIRA 2007, p. 257).

Em relação às diretrizes do Conselho Nacional de Políticas Criminais e Penitenciárias⁸, quando trata sobre o trabalho no cárcere, enfatiza que o mesmo, não deverá ter caráter aflitivo; ao condenado será garantido trabalho remunerado conforme sua aptidão e

⁶ LEI DE EXECUÇÃO PENAL: LEI Nº 7.210, DE JULHO DE 1984, responsável por normatizar a execução penal no país.

⁷ Com sede em Brasília, subordinado ao Ministério da Justiça. Instalado em junho de 1980. Executa planos nacionais de desenvolvimento quanto as metas e prioridades da politica a ser executada.

⁸ **VER RESOLUÇÕES: Resolução Nº 14 De 11 De Novembro De 1994**-Trata Das Regras Mínimas Para Tratamento Do Preso No Brasil; **Resolução nº 03 de 11 de Março de 2009**- Dispõe Sobre As Diretrizes Nacionais Para A Oferta De Educação Nos Estabelecimentos Penais.

condição pessoal, respeitada a determinação médica; será proporcionado ao condenado trabalho educativo e produtivo; devem ser consideradas as necessidades futuras do condenado, bem como, as oportunidades oferecidas pelo mercado de trabalho; nos estabelecimentos prisionais devem ser tomadas as mesmas precauções prescritas para proteger a segurança e a saúde dos trabalhadores livres; serão tomadas medidas para indenizar os presos por acidentes de trabalho e doenças profissionais, em condições semelhantes às que a lei dispõe para os trabalhadores livres; a lei ou regulamento fixará a jornada de trabalho diária e semanal para os condenados, observada a destinação de tempo para lazer, descanso. Educação e outras atividades que se exigem como parte do tratamento e com vistas à reinserção social; a remuneração aos condenados deverá possibilitar a indenização pelos danos causados pelo crime, aquisição de objetos de uso pessoal, ajuda à família, constituição de pecúlio que lhe será entregue quando colocado em liberdade.

E ainda ressalta, que em lei ou regulamento será fixada jornada de trabalho diária e semanal para os condenados, observada a destinação de tempo para lazer e descanso. A remuneração aos condenados deverá possibilitar a indenização pelos danos causados pelo crime, aquisição de objetos de uso pessoal, ajuda à família, constituição de pecúlio que lhe será entregue quando colocado em liberdade.

Dessa forma, alguns estudos têm buscado pesquisar sobre a efetividade de ações de reinserção social no cárcere e seus resultados quando do cumprimento de pena pelos presos de justiça. Em pesquisa realizada por Elionaldo Julião para sua tese de doutoramento, defendida em 2009, no Rio de Janeiro, detectou-se que, “enquanto o estudo no cárcere diminui a probabilidade de reincidência em 39%, o trabalho na prisão diminui essas chances em 48% ” (JULIÃO 2011, p. 151).

6 RESULTADOS DA PESQUISA

Por meio da pesquisa identificou-se inicialmente o perfil dos presos participantes do referido projeto, com uma faixa etária entre 20 e 42 anos, a maioria vem de uma estrutura familiar de pais separados, com baixa escolaridade (fundamental incompleto) e cometeram crimes no início da vida adulta. Em relação a processos judiciais respondem, em sua maioria, por dois processos, e tratam-se de processos criminais por roubo, tráfico e homicídio e são reincidentes, fazem parte do regime semiaberto.

Já no que diz respeito às suas qualificações profissionais, seguem o perfil dos presos brasileiros e conseqüentemente paraenses, isto é, não possuem profissões que requerem qualificações técnicas adquiridas através de uma formação específica, pois antes de ingressarem no Sistema Penitenciário tinham como profissão ser ajudante de pedreiro, locutor de loja, lanterneiro, operador de máquinas industriais, marceneiro, operador de plana, eletricitista predial, sendo que alguns mesmo como estas profissões estavam no trabalho informal, como mototaxista, outros como embalador em mercadinho, entregador de jornal e locutor de loja. Tal realidade pôde ser verificada por Antunes (2009, p. 210), a saber, “... pode-se constatar de um lado um efetivo processo de intelectualização do trabalho manual; de outro, e em sentido inverso uma desqualificação e mesmo subproletarização, expressa no trabalho precário, informal, temporário”.

Deste panorama real da vida destes participantes do projeto, antes do ingresso no Sistema Penitenciário, torna-se compreensível o significado do trabalho para eles. A partir das diretrizes apontadas na pesquisa, denota-se a motivação dos mesmos em trabalhar no projeto OLIMPO com o intuito de se livrarem antecipadamente do Sistema Penitenciário, já que a partir da participação em atividade laboral, adquirem o direito da remição de pena, a qual de acordo com o art. 126 da Lei de Execução Penal (LEP), expressa que “o condenado que cumpre pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, pelo trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena”, o que, no caso do trabalho, significa que a cada três dias trabalhados, é diminuído um dia da sentença final. Assim, em linhas gerais, podemos exemplificar que em três anos, o preso trabalhando todos os dias, terá diminuído de sua pena um ano de prisão. Vejamos,

“Trabalhando é uma oportunidade de sair mais rápido do Sistema, de remição, se não fizer nada dentro do cárcere, é pior, fica pior pra gente ir embora ...pra mim foi a melhor forma de sair do cárcere, se não fizer nada dentro do cárcere pior fica pra gente sair do cárcere”. (Preso por Tráfico e Homicídio participante do projeto há 7 meses)

Outra questão importante observada a partir das falas dos participantes foi o aspecto vantajoso de liberdade ocasionada em razão de participarem do projeto. Neste sentido, eles têm acesso diário ao mundo livre, pois mesmo sendo conduzidos por transporte da empresa Tramontina, sob supervisão de agentes penitenciários, bem como da empresa, eles conseguem ter acesso ao mundo extramuros, além de terem o sábado para visitar a família, artifício enfatizado na fala de um dos detentos que compõe o projeto OLIMPO: “Pelo menos no sábado a gente não fica preso, podemos sair para a casa dos nossos familiares”.

Essa condição é cedida pela direção da unidade, pois durante a semana, eles são conduzidos na ida e na volta em veículo específico do projeto, cedido pela empresa Tramontina, sendo que os demais recuperandos de outros projetos saem sozinhos, indo direto para suas atividades, tendo livre arbítrio, para quando possível, passarem pela casa de seus familiares, ou onde quiserem.

Desta forma, a expectativa dos presos como participantes do projeto OLIMPO está voltada para amenizar o sofrimento da prisão, do confinamento, da realidade ociosa vivida pela maioria dos presos no interior da prisão. Este fato foi destacado durante a dinâmica Linha do Tempo, cujo primeiro aspecto, eles deveriam escrever ou desenhar o que eles consideravam ser o motivo que contribuiu para que eles fossem selecionados para o projeto e, no segundo aspecto, o que os motivava a permanecer no projeto e, na terceira parte, qual era a expectativa dos mesmos em relação a trabalho/emprego.

É interessante ressaltar que todos julgaram a condição de terem comportamentos adequados dentro do Sistema Prisional como requisito de seleção para o projeto, além de contarem com a contribuição de uma força divina, como pôde ser analisado nas falas seguintes dos recuperandos participantes da dinâmica:

“Por ter um bom comportamento dentro do sistema penal, ter uma boa conduta nas atividades elaboradas no sistema”. (**Preso por Roubo e Homicídio** participante do projeto há 7 meses).

“Acredito que apesar de tantas coisas que aconteceu ainda existem pessoas no meio da sociedade que acreditam na recuperação do detento e são usadas por Deus como canal de benção pra nós e vem a ser mais uma oportunidade. Deus para nós todos”. (**Preso por Roubo e Homicídio** participante do projeto há 3 meses).

A maioria ressaltou que a motivação em permanecerem no projeto é a saída diária do Sistema Prisional, é o livramento da ociosidade, além do lado bom trazido pelo trabalho, que, incrivelmente, não foi a questão do salário, mas sim do instituto da Lei de Execução Penal,

que é a remição da pena, que nitidamente pôde ser vista em uma outra fala de um dos recuperandos,

“O motivo que me atrai eu permanecer no projeto é o trabalho e a saída do Sistema todos os dias”. (**Preso por Roubo e Homicídio** participante do projeto há 3 meses).

Além da saída todos os dias e da remição de pena, foi mencionado também por eles como motivação, o desejo de mostrarem para a sociedade a mudança após o cárcere. Do grupo, oito falaram sobre isso.

Embora, não se tenha percebido muita força no significado de transformação que o trabalho poderia ter para o processo de reinserção social dos mesmos, pôde ser verificado o desejo de mudança, de sair do mundo do crime e tentar viver uma vida digna, diante dos preceitos impostos pela sociedade, proporcionando, especialmente para seus familiares um novo direcionamento para suas vidas, após a pena de prisão, conforme proferido por um dos participantes do grupo focal, que disse:

“Primeiramente a força de Deus e depois o que me motiva é ter uma vida melhor e dar pra minha filha e para minha mãe e também ter uma vida melhor e ter um bom trabalho ou trabalhar na Tramontina e ter a oportunidade de trabalho em qualquer área” (**Preso por Tráfico e Homicídio**, participante do projeto há 7 meses).

Se irão conseguir, não se sabe, tem-se a certeza de que não será fácil, pois como eles mesmos ressaltaram, ter acrescentado em seu currículo a marca da prisão, é no mínimo, carregar a discriminação, como aspecto negativo, que poderá independente de suas qualificações técnicas, levá-los a uma eliminação em qualquer processo seletivo para emprego, ainda na fase inicial.

Logo, diante desta perspectiva, foi observado que a expectativa da maioria em relação a trabalho/ emprego após o cumprimento da prisão trata-se em ser admitido pela empresa Tramontina. Ao serem questionados sobre isso, pelo menos a metade confirmou este desejo, por terem seu trabalho atualmente reconhecido pela empresa.

Além desta expectativa detectou-se que suas grandes aspirações em relação a trabalho/emprego após o cumprimento de pena na prisão volta-se para a tentativa de sair do mundo do crime, e através de um trabalho/emprego de carteira assinada viver dignamente, mostrando para a sociedade, para seus familiares sua nova opção de vida.

É válido destacar que o desejo de conviverem com a família é muito forte, especialmente de proporcionarem aos seus filhos algo diferente do que eles experimentaram, para que os filhos não percorram os caminhos tortuosos enveredados por eles.

Quando questionados sobre suas expectativas pós prisão, vê-se alguns relatos dos presos nesta etapa da pesquisa:

“Trabalhar, ter uma vida de paz e conquistar os meus objetivos de vida e sair de cabeça erguida vai ser muito bom pra mim e principalmente para minha família, amém e obrigado por mais uma oportunidade.” (**Preso por Latrocínio**, participante do projeto há 7 meses).

“A minha expectativa de emprego quando sair do cárcere é trabalhar de carteira assinada e viver uma vida digna, sem problemas.” (**Preso por Roubo e Homicídio** participante do projeto há 3 meses).

“É ser visto como trabalhador e viver feliz com minha família.” (**Preso por tráfico de drogas**, participante do projeto há 7 meses).

Embora todos esses anseios tenham sido enfatizados, foi verificado que a palavra trabalho ou o que este pode proporcionar na vida de uma pessoa, no aspecto de qualidade de vida, de bem estar social, ainda é visto como algo, dentro da prisão, que está ligado ao aspecto de remição de pena, de acesso ao mundo exterior a cadeia, oportunidade de estar com a família. Eles não são e nunca foram preparados para uma vida, cuja rotina, tem como ponto central a labuta para se conseguir suprir todas as necessidades diárias suas e de suas famílias. Ressalta-se o que afirma Moreira (2007, p. 263), ao dizer que “trabalho é concebido como um meio de “levar” uma vida mais cômoda na penitenciária, ao mesmo tempo em que abrevia a saída da prisão, por meio da remição da pena”.

Após a segunda dinâmica algumas questões foram levantadas. A primeira tratou sobre a situação de acreditarem estar sendo produtiva a participação deles no referido projeto, sendo que a maioria respondeu positivamente, complementando que se não estivessem no convênio com a Tramontina estariam na Colônia Penal Agrícola de Santa Izabel em alguma atividade como faxina, na área de suíno, agrícola, ou outras atividades laborais menos interessantes para os mesmos, conforme visualizado por Mesquita (2009, p. 44) que expressa: “daí se justifica a falta de interesse ou até algumas resistências dos presos da Colônia na participação das atividades/projetos existentes, os quais são eminentemente rurais”.

Em relação à possibilidade de participarem de outro projeto além do OLIMPO, gostariam de participar de trabalhos voltados para a construção civil, deram como exemplo, construção de casas populares, outros falaram em estudar, fazer cursos de informática. Poucas idéias foram manifestadas.

Portanto, ressalta-se que, embora em suas falas tenha ficado claro o desejo por mudanças e o desejo de se livrarem do cárcere, percebeu-se que a questão do trabalho para os reeducandos não é tão significativo como para os que desde criança vêm sendo motivados para escolher uma profissão. Suas vidas vieram seguindo uma trajetória sem grandes responsabilidades e compromissos, sem possibilidades de alçarem grandes objetivos, ou

serem profissionais reconhecidos, como se levantou ainda na primeira dinâmica, a qual revelou o baixo grau de escolaridade, suas profissões e últimos trabalhos antes de ingressarem no sistema penitenciário.

7 CONCLUSÕES

Diante do exposto, verifica-se que a temática traz relativa complexidade, a partir do momento que levanta discussões divergentes, pelo fato de discutir um assunto polêmico, porém, que faz parte da missão do Estado. Envolve ainda, essa temática, os desafios instituídos à prisão, cuja função diz respeito, ao mesmo tempo, a uma instituição de controle social, mas também- mesmo que apenas nos pressupostos normativos- a uma instituição responsável em proporcionar condições harmônicas para integração social do condenado.

Diante de tal fato, deve-se reconhecer que a prisão não possui estrutura física e funcional para dar conta deste tão almejado desafio por completo. Muito ainda tem a ser feito nesta área para se alcançar, com êxito, os pressupostos preconizados no art. 1º da Lei de Execução Penal.

Quanto aos presos que trabalham no projeto OLIMPO, em linhas gerais, observou-se que não possuem muitas expectativas em relação ao pós-cárcere para atuarem profissionalmente em outras empresas, pois as atividades desenvolvidas por eles são caracterizadas por serviços gerais, não os dotando de capacidade técnica que contribua para uma formação profissionalizante. A partir das falas e comportamentos dos presos envolvidos no referido projeto notou-se que a palavra “trabalho no interior do cárcere” é sinônimo de “remição de pena”. Porém, é válido destacar, que dessa experiência, inovadora no Estado do Pará, obteve-se resultados benéficos: os presos se tornaram mais disciplinados, organizados, respeitosos em relação ao colega, bem como adquiriram espírito de equipe.

Desta forma, o que se propõe é que, junto com a oportunidade de trabalho, seja proporcionado qualificação profissional relacionada com a educação formal, assim como cursos profissionalizantes condizentes com as demandas de mercado e com as respectivas aptidões e habilidades. O que precisa ser efetivado também são ações motivacionais e informacionais voltadas para atividades laborais, bem como, palestras que despertem nos presos as percepções sobre suas respectivas habilidades profissionais, pois muitos encontram-se totalmente perdidos, sem noção alguma de qualquer atividade que possam desenvolver para ganhar o sustento sem envolvimento com a criminalidade e o dinheiro fácil.

É necessário que haja um engajamento maior por parte do Sistema Penitenciário, através da realização de uma pesquisa anual diretamente efetivada com os presos, para que possam conhecer além do perfil dos mesmos, suas reais necessidades em relação às ações de reinserção social, no que diz respeito à oferta de educação e trabalho no cárcere, de modo a melhor atender suas expectativas e assim ter um resultado mais efetivo da reinserção destes no mercado de trabalho, mesmo que seja no mercado informal.

Nessa perspectiva, é interessante também que desde seu ingresso no sistema penitenciário, seja disponibilizado e garantido pelo Estado, atividades educativas voltadas para uma formação profissionalizante, com abordagens de temas transversais direcionadas para conscientização sobre o trabalho, sua importância, suas formas, bem como para as dificuldades a serem enfrentadas após a pena de prisão.

Para concluir, em relação à mão de obra carcerária é interessante que seja garantido sua valorização, através de aspectos e condições dignas no ambiente de trabalho, com salários adequados às atividades desenvolvidas, que não sejam discriminados por sua condição, além de obterem os mesmos direitos e privilégios ofertados aos funcionários da empresa.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. Políticas públicas de segurança e justiça penal. **Cadernos Adenauer IX**, 2008, n.4, Segurança Pública. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, janeiro 2009.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed., 10. Reimpr. rev. e ampl. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004.

BIZATTO, Franciele A. Correa. **A Pena Privativa de Liberdade e a Ressocialização do Apenado**: uma reavaliação das políticas existentes no sistema prisional. 2005. Dissertação (Mestrado em Gestão de Políticas Públicas) – Universidade do Vale do Itajaí. Orientadora: Cláudia Roesler.

BRASIL. **Lei n. ° 7.210**, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. Diário Oficial. Brasília, 11 de julho de 1984.

CABRAL, Luisa Rocha; SILVA, Juliana Leite. O trabalho penitenciário e a ressocialização do preso no Brasil. **Revista do CAAP**, Belo Horizonte, v.1, jan-jun 2010.

CAVALCANTE JUNIOR, Amadeu de Farias. **Estado, Punição e Religião**: Pentecostais e Neopentecostais entre secularização e dessecularização da ressocialização no Cárcere. 2009. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Pará, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Wilson José Barp.

_____. **Sociedade do Cárcere**: A inversão de uma ordem e a intervenção dos dispositivos de poder-saber numa instituição penal da região Metropolitana de Belém. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Pará, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Wilson José Barp.

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA (CNPCCP). **Plano Nacional de Política Criminal e Penitenciária**. Brasília: Ministério da Justiça, 2011.

GARLAND, D. **A cultura do controle**: crime e ordem social na sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Revan, Instituto Carioca de Criminologia, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. 7. Ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

GOMES, Maria Elasir S. & BARBOSA, Eduardo F. A técnica de Grupos Focais para Obtenção de Dados Qualitativos. Publicação Interna (Educativa- Instituto de Pesquisas e Inovações Educacionais). Fevereiro de 1999.

JULIAO, Elionaldo Fernandes. A Ressocialização por meio do estudo e do trabalho no sistema penitenciário brasileiro. **Revista Em Aberto**, Brasília, V. 89, p. 141-155, nov. 2011.

KRAHN, Natasha Maria Wangen. Ressocializando - Os Quatro Braços de Shiva: Políticas Laborativas e Educacionais na Prisão. Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste, 15, **Anais**, 2012.

LERVOLINO, Solange Abrocesi & PELICIONI, Maria Cecilia Focesi. A utilização do grupo focal como metodologia qualitativa na promoção da saúde. Rev Esc Enf USP, v. 35, n.2.115-21, jun, 2001.

MELO, J.S.M. et. al. **Atuação da equipe interdisciplinar da defensoria pública do Estado do Pará nas casas penais**: um relato de experiência. Belém: Defensoria Pública do Estado do Pará, v. 1, n.1, jan./jun.2014.

MELOSSI, Dario; PAVARINI, Massino. **Cárcere e Fábrica**: as origens do sistema penitenciário (sec. XVI a XIX). Rio de Janeiro: Revan: ICC, 2006.

MESQUITA, Mariana Silva. **Ressocialização**: Uma experiência na Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará – SUSIPE – Colônia Agrícola Penal Heleno Frago. 2009. Monografia (Especialização em Defesa Social e Cidadania)- Universidade do Estado do Pará. Orientador: Iracildo Pereira.

MOREIRA, Hélio Luiz Fonseca. **Trabalho, códigos, gratidão e reciprocidade na prisão**: um estudo de caso na Penitenciária de Parnamirim, no Estado do Rio Grande do Norte. 2007. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Pará. Orientadora: Violeta Refkalefsky Loureiro.

NUNES. Lena Vânia de Oliveira. **A Ressocialização do preso no município de Paragominas**: uma abordagem jurídica. 2012. Monografia (graduação do curso de Bacharel em Direito)- Faculdade Integrada Brasil Amazônia. Orientador: Guilherme Roberto Ferreira Viana Filho.

SALLA, Fernando. As rebeliões nas prisões: novos significados a partir da experiência brasileira. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 274-307

SANTANA, Ana Paula Palheta. **A Casa Dos Dias**: A Vida no Cárcere Feminino. 2012. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Belém/Pará: Universidade Federal do Pará. Orientador: Wilson José Barp.

SANTOS, Jocevaldo Gomes. Reintegração Social do Preso - Utopia e Realidade. **Revista CEJ**, Brasília, n. 15, pp. 30-45, set./dez. 2001.

SILVA, Roberto da. Por uma Política Nacional de Educação para os Regimes de privação de Liberdade no Brasil. In: LOURENÇO, Arlindo da Silva; ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano (Org.). **O Espaço da Prisão e suas Práticas Educativas**: enfoques e perspectivas contemporâneas. São Carlos: EdUFSCar, 2011, pp. 81-118.

THOMPSON, Augusto. **A questão penitenciária**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

WACQUANT, Loïc. **As Prisões da Miséria**. Tradução: André Telles. Digitalização: 2004. Ed. Sabotagem: 1999.

_____. **Punir os Pobres:** A nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Tradução de Eliana Aguiar. Coleção Pensamento Criminológico. Instituto Carioca de Criminologia. Editora Revan, Rio de Janeiro, 2003.

CAPÍTULO 3: CONCLUSÕES DO TRABALHO DE PESQUISA

Diante do exposto, verifica-se que a temática traz relativa complexidade, a partir do momento que levanta discussões divergentes, pelo fato de discutir um assunto polêmico, porém, que faz parte da missão do Estado. Envolve ainda, essa temática, os desafios instituídos à prisão, cuja função diz respeito, ao mesmo tempo, a uma instituição de controle social, mas também- mesmo que apenas nos pressupostos normativos- a uma instituição responsável em proporcionar condições harmônicas para integração social do condenado.

Diante de tal fato, deve-se reconhecer que a prisão não possui estrutura física e funcional para dar conta deste tão almejado desafio por completo. Muito ainda tem a ser feito nesta área para se alcançar, com êxito, os pressupostos preconizados no art. 1º da Lei de Execução Penal.

Quanto aos presos que trabalham no projeto OLIMPO, em linhas gerais, observou-se que não possuem muitas expectativas em relação ao pós-cárcere para atuarem profissionalmente em outras empresas, pois as atividades desenvolvidas por eles são caracterizadas por serviços gerais, não os dotando de capacidade técnica que contribua para uma formação profissionalizante. A partir das falas e comportamentos dos presos envolvidos no referido projeto notou-se que a palavra “trabalho no interior do cárcere” é sinônimo de “remição de pena”. Porém, é válido destacar, que dessa experiência, inovadora no Estado do Pará, obteve-se resultados benéficos: os presos se tornaram mais disciplinados, organizados, respeitosos em relação ao colega, bem como adquiriram espírito de equipe.

Desta forma, o que se propõe é que, junto com a oportunidade de trabalho, seja proporcionado qualificação profissional relacionada com a educação formal, assim como cursos profissionalizantes condizentes com as demandas de mercado e com as respectivas aptidões e habilidades. O que precisa ser efetivado também são ações motivacionais e informacionais voltadas para atividades laborais, bem como, palestras que despertem nos presos as percepções sobre suas respectivas habilidades profissionais, pois muitos encontram-se totalmente perdidos, sem noção alguma de qualquer atividade que possam desenvolver para ganhar o sustento sem envolvimento com a criminalidade e o dinheiro fácil.

É necessário que haja um engajamento maior por parte do Sistema Penitenciário, através da realização de uma pesquisa anual diretamente efetivada com os presos, para que possam conhecer além do perfil dos mesmos, suas reais necessidades em relação às ações de reinserção social, no que diz respeito à oferta de educação e trabalho no cárcere, de modo a

melhor atender suas expectativas e assim ter um resultado mais efetivo da reinserção destes no mercado de trabalho, mesmo que seja no mercado informal.

Nessa perspectiva, é interessante também que desde seu ingresso no sistema penitenciário, seja disponibilizado e garantido pelo Estado, atividades educativas voltadas para uma formação profissionalizante, com abordagens de temas transversais direcionadas para conscientização sobre o trabalho, sua importância, suas formas, bem como para as dificuldades a serem enfrentadas após a pena de prisão.

Para concluir, em relação à mão de obra carcerária é interessante que seja garantido sua valorização, através de aspectos e condições dignas no ambiente de trabalho, com salários adequados às atividades desenvolvidas, que não sejam discriminados por sua condição, além de obterem os mesmos direitos e privilégios ofertados aos funcionários da empresa.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004.

BRASIL. **Lei n. ° 7.210**, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. Diário Oficial. Brasília, 11 de julho de 1984.

GARLAND, D. **A cultura do controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Revan, Instituto Carioca de Criminologia, 2008.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. 7. Ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

KRAHN, Natasha Maria Wangen. Ressocializando - Os Quatro Braços de Shiva: Políticas Laborativas e Educacionais na Prisão. Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste, 15, **Anais**, 2012.

MELO, J.S.M. et. al. **Atuação da equipe interdisciplinar da defensoria pública do Estado do Pará nas casas penais**: um relato de experiência. Belém: Defensoria Pública do Estado do Pará, v. 1, n.1, jan./jun.2014.

NUNES. Lena Vânia de Oliveira. **A Ressocialização do preso no município de Paragominas**: uma abordagem jurídica. 2012. Monografia (graduação do curso de Bacharel em Direito)- Faculdade Integrada Brasil Amazônia. Orientador: Guilherme Roberto Ferreira Viana Filho.

SALLA, Fernando. As rebeliões nas prisões: novos significados a partir da experiência brasileira. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 274-307

THOMPSON, Augusto. **A questão penitenciária**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

WACQUANT, Loïc. **As Prisões da Miséria**. Tradução: André Telles. Digitalização: 2004. Ed. Sabotagem: 1999.

ANEXOS

ANEXO A- NORMAS PARA SUBMISSÃO DE ARTIGOS À REVISTA NOVOS CADERNOS NAEA

Os trabalhos devem ser encaminhados ao editor científico da *Revista Novos Cadernos NAEA*, para o site: <http://www.naea-ufpa.org/revistaNCN/ojs>

Estrutura e formato dos trabalhos:

Os trabalhos devem ter até 20 laudas, no formato A4, nas fontes Times New Roman ou Arial, corpo 12, entrelinha 1,5, incluindo-se figuras, tabelas e referências.

Os trabalhos devem conter:

Autoria: nome e sobrenome do(s) autor(es) conforme CV Lattes, caso o possua; a mais recente titulação acadêmica; filiação institucional; cargo que ocupa; área de atuação; e-mail e endereço completo para correspondência.

Título: deve ser direto e conciso, no idioma original do texto, acompanhado de tradução para o inglês.

Resumo: parágrafo único, no idioma do texto, com 150 palavras no máximo, contendo uma síntese que sinalize para objetivos, metodologia, discussão e conclusões.

Abstract: tradução do resumo para o inglês caso o texto não seja neste idioma.

Palavras-chave: de quatro (mínimo) a seis palavras (máximo) que identifiquem o conteúdo do trabalho.

Keywords: tradução das palavras-chave, para o inglês caso o texto não seja neste idioma.

Figuras (fotos, mapas, gráficos etc.): são impressas em preto e branco (tons de cinza), compatíveis ao formato da revista (não excedendo 15 x 21 cm). Para garantir a qualidade editorial das figuras, elas devem ser enviadas em arquivos separados, em JPEG ou TIF, com resolução mínima de 300 dpi. Devem ser obrigatoriamente citadas no corpo do texto, seguindo a ordem sequencial de inserção, numeradas em arábicos, com créditos de autoria e fontes nas respectivas legendas.

Tabelas: devem ser produzidas e inseridas no texto nos softwares Word ou Excel, obedecendo o formato da revista (não exceder 12 x 20 cm). Devem obrigatoriamente citadas no texto, seguindo a numeração sequencial de inserção.

Citações bibliográficas: as referências devem ser obrigatoriamente citadas no corpo do texto: sobrenome do autor e ano (em maiúsculas quando estiverem entre parênteses).

Citações de texto: até três linhas, devem ser entre aspas, seguindo o formato do texto, com citação de autoria no final, entre parênteses. As citações longas (quatro linhas ou mais) devem ser em parágrafo separado, com recuo de 4 cm, entrelinha simples, corpo 10, com citação de autoria no final, entre parênteses.

Nota de rodapé (opcional): devem ser inseridas no caso de comentários e informações complementares ao texto, seguindo a numeração sequencial, corpo 10.

Referências: A revista adota a Normalização de Referências Bibliográficas da ABNT (NBR 6023/2002). Todas as referências citadas no texto devem constar no tópico final, em ordem alfabética.

Exemplos:

§ *Artigos em periódicos:*

SOBRENOME, Prenome abreviado. Título: subtítulo (se houver). **Nome do periódico (em negrito)**, Local de publicação (opcional), volume, número ou fascículo, paginação, ano.

GORENDER, J. A sociedade cindida. **Estudos Avançados**, v.28, n.80, p.17-26. 2014.

§ *Capítulo de livro e coletânea:*

SOBRENOME, Prenome abreviado do autor do capítulo. Título: subtítulo (se houver). In: SOBRENOME, Prenome abreviado do(s) Org.(s.), Ed.(s.). **Título do livro:** subtítulo do livro (se houver). Local de publicação: Editora, ano. Paginação do capítulo.

LEIS, H. R. Especificidades e desafios da interdisciplinaridade nas ciências humanas. In: PHILIPPI JUNIOR, A.; SILVA NETO, A. (Eds.). **Interdisciplinaridade em Ciência, Tecnologia & Informação**. Barueri: Manole, 2011. p. 106-122.

§ *Livro no todo:*

SOBRENOME, Prenome abreviado. **Título:** subtítulo (se houver). Edição (se houver). Local: Editora, ano. Paginação/volume. (Coleção ou série, se houver)

SAID, E. **Orientalismo:** o Oriente como invenção do Ocidente. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Cia. das Letras, 2007. 528p.

§ *Dissertações e teses:*

SOBRENOME, Prenome abreviado. **Título:** subtítulo (se houver). Ano de defesa. Total de folhas. Tese (Doutorado em...) ou Dissertação (Mestrado em...) – instituição, local, ano.

COSTA, F. S. **A dinâmica dos recursos comuns em Unidades de Conservação e Assentamentos Rurais no Amazonas: uma abordagem fuzzy set**. 2014. 365f. Tese (Doutorado em Ciências Socioambientais) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

§ *Documentos em meio eletrônico*

SOBRENOME, Prenome(s) abreviado(s) ou INSTITUIÇÃO. **Título:** subtítulo (se houver). local de publicação, volume (se houver), ano. Disponível em: . Acesso em: dia, mês (abreviado), ano.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **As metrópoles no Censo 2010:** novas tendências? Disponível em: iodasmetropoles.net>. Acesso em: 2 fev. 2011.

ANEXO B – ROTEIRO DO GRUPO FOCAL COM OS CUSTODIADOS QUE FAZEM PARTE DO PROJETO OLIMPO

Local: CPPB (Val de Cães)

Horário: 19:30 às 22:15

Data: 22/05/2014 (quinta-feira)

EQUIPE:

MODERADORA: Soliane Fernandes Guimarães (Mestranda)

RELATORA: Wilson José Barp (orientador)

Fernanda Nummer (Co-orientadora)

Maria Rocha (Assistente Social da Unidade Penal CPPB)

APOIO E LOGÍSTICA: Risolete (Pedagoga da Unidade/responsável pela Filmagem)

1) APRESENTAÇÃO DA PESQUISA: especificar que é uma pesquisa do Mestrado Profissional. Apresentar a equipe da UFPA.

2) APRESENTAÇÃO DAS ATIVIDADES: informar que todos participarão de um grupo de discussão sobre aspectos que tratam de suas expectativas como custodiados selecionados para participarem do projeto OLIMPO. As dinâmicas serão detalhadas pelo mediador ao longo das atividades.

APRESENTAÇÃO DAS DINÂMICAS (MEDIADOR)

OBJETIVO: apresentar a dinâmica a ser desenvolvida durante a atividade, bem como, apresentar ao grupo os princípios que devem ser observados pelo grupo de discussão:

a) todos podem discordar ou concordar da posição do colega, tendo como base o respeito pelo outro.

b) Cuidado com a confidencialidade das pessoas na divulgação dos dados. O material filmado ou gravado não será divulgado.

c) Não ultrapassar o tempo determinado pelo moderador durante as discussões.

d) Deve se evitar conversas paralelas.

I) 1ª DINÂMICA: HISTÓRIA DE VIDA

Material: UMA FOLHA DE PAPEL A4 E UM LÁPIS PARA CADA PARTICIPANTE

Tempo estimado: 1 hora (20h00 às 21h00)

Primeiro Passo (apresentar as questões abaixo num cartaz). Na seqüência formar um círculo, com todos os participantes, pedir que cada um se apresente e procure conversar alguns minutos com a pessoa a sua direita, tendo como foco as seguintes perguntas:

1. nome, origem social (cidade que nasceu, situação conjugal dos pais, se é casado, tem filhos, grau de escolaridade, etc)
 2. Qual sua profissão? qual seu último trabalho antes de ingressar no Sistema Penitenciário? E no sistema penitenciário, quais foram as oportunidades de trabalho?
 3. Como você chegou ao Sistema penitenciário? Qual foi o motivo?
 4. Você responde por quantos processos criminais? quantas entradas e saídas no Sistema Penitenciário?
- Após 15 minutos de diálogo entre os participantes, um apresenta o outro, trazendo as informações solicitadas acima. Cada participante terá 10 minutos para apresentar o colega.
 - Após todos fazerem a exposição a dinâmica será encerrada.

INTERVALO: 21h às 21h15'.

II) 2ª DINÂMICA: LINHA DO TEMPO

Objetivo: Conhecer as motivações e expectativas dos participantes em relação ao Projeto OLIMPO.

Material: cartolina e canetas hidrocor.

Tempo estimado: 1 hora (21h15 às 22h15)

Descrição:

Primeiro passo: entregar uma cartolina com a linha do tempo desenhada destacando o momento de inserção do projeto Olimpo. Solicitar que cada membro do grupo escreva nesta linha do tempo respostas para as seguintes questões: QUAL A RAZÃO QUE ACREDITAM SEREM SELECIONADOS PARA O PROJETO OLIMPO? QUAIS AS MOTIVAÇÕES QUE FAZ COM QUE VOCÊS PERMANEÇAM NO

PROJETO? QUAIS SUAS EXPECTATIVAS EM RELAÇÃO AO PROJETO ESPECIALMENTE APÓS O CUMPRIMENTO DA PENA DE PRISÃO?

-Após produzir a cartolina com a linha do tempo, cada participante terá a chance de apresentar em 10 minutos sua produção através do cartaz.

ENCERRAMENTO:


1) **AGRADECIMENTOS:** agradecer ao tempo disponibilizado para participação do grupo de discussão e sobre a importância do conhecimento que será produzido;

2) **FORMAS DE DIVULGAÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA:** a divulgação dar-se-á através de artigos, relatório e eventos científicos.

Nota: Ao término: lanche para os participantes.

ANEXO C – COMPROVANTE DE SUBMISSÃO DO ARTIGO

21/10/2014 Submissões Ativas



Novos Cadernos NAEA

IDIOMA/LANGUAGE
Português (Brasil) ▼

TAMANHO DE FONTE
A A A

INFORMAÇÕES

- Para Leitores
- Para Autores
- Para Bibliotecários

CONTEÚDO DA REVISTA

Pesquisa

 Todos ▼

[PÁGINA INICIAL](#) [SOBRE](#) [PÁGINA DO USUÁRIO](#) [PESQUISA](#) [ATUAL](#)

ARQUIVOS

[Página Inicial](#) > [Usuário](#) > [Autor](#) > [Submissões Ativas](#)

Submissões Ativas

ATIVO **ARQUIVAR**

ID	MM-DD ENVIAR	SEC	AUTORES	TÍTULO	SITUAÇÃO
1886	10-21	AO	Guimaraes, Barp, Nummer	OS DESAFIOS DOS PROJETOS DE REINserção SOCIAL DA...	Aguardando designação

1 a 1 de 1 Itens


Iniciar Nova Submissão

CLIQUE AQUI para iniciar os cinco passos do processo de Submissão.

© Novos Cadernos NAEA. Todos os Direitos Reservados.

Print ISSN: 1516-6481 eISSN: 2179-7536

DOI do Novos Cadernos NAEA: 10.5801/S21797536



Novos Cadernos NAEA da Universidade Federal do Pará é licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-Uso não-comercial-No Derivative Works 3.0 Brasil.

Based on a work at www.periodicos.ufpa.br.
 Permissions beyond the scope of this license may be available at
<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn>.

USUÁRIO

Logado como...
solianeguilmaraes

- Meus periódicos
- Perfil
- Sair do Sistema

AUTOR

Submissões

- Ativo (1)
- Arquivar (0)
- Nova Submissão

[Ajuda do sistema](#)